

DOI 10.47402/ed.ep.c240431447331

CAPÍTULO 7

PESQUISA PARTICIPANTE E PESQUISA-AÇÃO: OS ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E ONTOLÓGICOS

Carlos Filipe Cosentino Gomes
Taiana Gomes
Juliane Sachser Angnes

RESUMO

Nesta pesquisa, são apresentadas duas abordagens de pesquisa social: a Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante. A Pesquisa Participante tem evoluído metodologicamente e inclui a observação participante e etnográfica, adaptando-se às mudanças tecnológicas através da netnografia para compreender fenômenos culturais e comunicacionais no ciberespaço. A Pesquisa-Ação também se aprimora no tempo ao eliminar dogmas, buscando a qualificação da inserção do pesquisador em intervenções sociais, orientadas para a resolução de problemas coletivos, contemplando ampla interação entre pesquisadores e participantes. Nesse contexto, o presente texto aborda os aspectos ontológicos e epistemológicos da pesquisa participante e da pesquisa-ação. Antes de abordar esses conceitos, é fundamental entender os diferentes paradigmas de pesquisa que os orientam. Essas crenças e pressupostos formam um paradigma que deve orientar a escolha do método de pesquisa a ser utilizado. Em outras palavras, o paradigma determinará a estratégia geral da pesquisa e definirá as técnicas de coleta e análise de dados que o pesquisador utilizará. Ademais, no tocante à Pesquisa-Ação, é acrescentado o envolvimento do pesquisador no contexto e nas atividades estudadas, permitindo que os participantes contribuam com a pesquisa para benefício de seu próprio grupo. Já a inserção do investigador no ambiente natural onde ocorre o fenômeno a ser estudado é fundamental para a Pesquisa Participante, embora existam diferentes modalidades dessa abordagem. Em suma, ambas as abordagens têm em comum a ideia de que a pesquisa deve estar voltada para a transformação social, buscando gerar mudanças concretas na realidade social, a partir das reflexões geradas pelos dados coletados na pesquisa. Ou seja, o objetivo principal é a aplicação prática do conhecimento em benefício da sociedade, indo além da produção acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa-Ação; Pesquisa Participante; Epistemologia; Ontologia; Paradigmas de Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Antes de serem abordadas as definições e conceitos de Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante, bem como, aprofundados seus aspectos ontológicos e epistemológicos, torna-se fundamental compreender os diferentes paradigmas de pesquisa que as norteiam.

Um paradigma de pesquisa está relacionado a determinadas crenças e pressupostos que se tem sobre a realidade, sobre como as coisas são (ontologia) e sobre a forma como acredita-se que o conhecimento humano é construído (epistemologia). O paradigma resultante dessas crenças e pressupostos é que deverá guiar o método de pesquisa a ser adotado, isto é, a estratégia ou desenho geral de pesquisa que irá definir as técnicas de coleta e de análise dos dados a serem empregadas pelo pesquisador (CROTTY, 1998; ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991; SACCOL, 2009).



Sendo assim, é essencial haver uma reflexão sobre a visão de mundo e de construção do conhecimento que embasa uma pesquisa, pois só assim será possível avaliar a qualidade, a consistência e a coerência da estratégia, do processo de pesquisa e da análise dos seus resultados. Isso implica compreender e tornar clara a ontologia, a epistemologia e, consequentemente, o paradigma de pesquisa que fundamentam o método de pesquisa utilizado (SACCOL, 2009).

Inicialmente, relevante se faz em refletir sobre a ontologia considerada pelo pesquisador. Ontologia diz respeito à questão do ser, à própria compreensão sobre como as coisas são. Uma ontologia serve como base para a delimitação de um problema de pesquisa, assim como ajuda a definir a epistemologia e, consequentemente, o método de investigação a ser adotado. A posição ontológica adotada define a forma como o mundo é percebido e os fenômenos (físicos ou sociais) investigado, coexistindo duas visões em oposição: uma visão realista e uma visão idealista sobre como as coisas são (SACCOL, 2009).

O Quadro 1 define e descreve algumas posições ontológicas.

Quadro 1: Definição e descrição das posições ontológicas.

Ontologia Realista	Ontologia Idealista ou Subjetivista	Ontologia Interpretativista
Essa ontologia se aplica fortemente às ciências da terra, exatas e biológicas. Como exemplo disso, está a crença de que o mundo natural (árvores, pedras, rios etc.) existe independentemente da existência ou percepção do ser humano. No caso das Ciências Sociais, essa visão objetivista é, muitas vezes, criticada com o argumento de que os fenômenos pesquisados são frutos de uma criação social, tais como, por exemplo, as instituições do casamento, ideologias, rituais artísticos e culturais, que não são fenômenos encontrados na natureza, mas sim construídos em uma instância subjetiva (a partir da percepção e mente de um indivíduo) ou coletiva (a partir dos significados criados e compartilhados pelos membros de uma determinada sociedade).	Parte do princípio que um objeto ou entidade só passa a existir na medida em que é percebido por um observador, em uma construção mental. Ela está relacionada ao mundo das ideias e à existência de um ser pensante a partir do qual as coisas existem, nossos pensamentos e sentimentos são a realidade primária, isto é, de acordo com essa ontologia, o mundo existe a partir das nossas percepções sobre ele. Essa ontologia embasa fortemente o conhecimento artístico, pois a arte é criada a partir das percepções individuais (subjetivas) do artista.	Pode-se considerar que a realidade social é produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas, isto é, ela resulta de uma construção social (essa é a ontologia adotada pelo paradigma Interpretativista). Assim, a realidade não é considerada nem como algo totalmente externo e independente da mente humana (objetiva), nem como fruto somente da percepção individual de cada indivíduo isoladamente (idealista, subjetiva), porém, a realidade é percebida e "criada" numa instância coletiva – as percepções do mundo que compartilhamos em sociedade –, portanto, a realidade é *intersubjetiva*.

Fonte: Autoria própria (2009).

Já, por epistemologia, é entendida como a área que estuda a estrutura, os métodos, a validade e os limites do conhecimento produzido pela pesquisa científica (LAZZARIN, 2017). De acordo com Tesser (1994), considerara-se a epistemologia como o estudo metódico e



reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento.

Ainda, a epistemologia relaciona-se com a forma pela qual acredita-se que o conhecimento é gerado. Essa crença está fortemente ligada aos próprios pressupostos ontológicos (sobre como as coisas são). Nesse sentido, segundo as diferentes correntes ontológicas verificadas, há três grandes linhas de pensamento epistemológicas que se destacam: o subjetivismo, o objetivismo e o construtivismo (SACCOL, 2009).

O Quadro 2 elenca as três principais linhas de pensamento epistemológico que se destacam.

Quadro 2: Definição e descrição das três principais linhas de pensamento epistemológico.

Epistemologia Objetivista	**Epistemologia Subjetivista**	**Epistemologia Construtivista**
Pressupõe que os significados sobre todos os objetos e entidades existem independentemente de operações mentais do ser humano. Há um significado objetivo em tudo o que existe, e este significado sempre está "à espera" de nossa descoberta, desde quando sequer imaginávamos tal existência. Esses significados e o conhecimento sobre tudo o que existe pode ser transmitido de forma racional, objetiva. A linguagem matemática é vista como uma grande aliada para a construção do conhecimento, por sua precisão, de acordo com uma epistemologia objetivista.	Pressupõe que significado são impostos sobre os objetos por parte dos sujeitos, dos seres pensantes. Assim, significados são resultados de nossas construções mentais, sonhos ou mesmo arquétipos que provêm do subconsciente coletivo. Dentro dessa lógica, as características dos objetos em si não são importantes: é possível atribuir-lhes qualquer significado que seja mentalmente elaborado.	Para a qual não existe uma realidade objetiva esperando por ser descoberta. Verdades e significados só passam a existir a partir do nosso engajamento com o mundo. Significados não são descobertos, mas construídos. Porém, um significado não nasce puramente de uma construção mental, mas, sim, é resultado da interação entre processos mentais e as características de um objeto. A criação de significado pressupõe intencionalidade, isto é, uma consciência que se volta a um objeto, e a partir da interação entre o sujeito e o objeto é que se constrói um significado. O construtivismo social pressupõe que essa construção de significado ocorra através dos processos de interação social e da intersubjetividade (significados criados e compartilhados coletivamente).

Fonte: Autoria própria (2009).

Do acima exposto, ao alinhar as posições ontológicas, com o pensamento epistemológico aliados ao paradigma, pode-se então traçar diferentes tipos de pesquisa. A Figura 1 ilustra os possíveis tipos de pesquisa que podem ser desenhados.



Figura 1: Diferentes níveis de definição da pesquisa.

ONTOLOGIA Forma de entender como as coisas são	EPISTEMOLOGIA Forma de entender como o conhecimento é gerado	PARADIGMA DE PESQUISA Instância filosófica que informa a metodologia de pesquisa	MÉTODO Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS Técnicas e procedimentos para coletar e analisar dados
-Realismo -Interação sujeito-objeto -Idealismo	-Objetivista -Construtivista -Subjetivista	-Positivismo e Pós-Positivismo -Interpretativismo -Interacionismo Simbólico -Fenomenologia -Hermenêutica - Teoria Crítica - Feminismo - Pós-modernismo	- Estudo de Caso - Pesquisa-ação - Etnografia - Pesquisa Documental - Experimentos - Pesquisa Levantamento (Survey ou enquête) - *Grounded Theory*	- Amostragem - Questionários - Entrevistas - Observação participante ou não - participante -Focus Group -Análise Estatística -Análise de Conteúdo -Análise do Discurso -*Story telling*

Fonte: Saccol (2009), Crotty (1998), Burrel e Morgan (1979), Orlikowski e Baroudi (1991), Benbasat; Goldstein; Mead (1987), Yin (2001), Kallinikos (2004), Searle (1995), Dreyfus (1994).

Nesse contexto, destacam-se as duas pesquisas alvo desse artigo: Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante.

A pesquisa participante tem sofrido grande desenvolvimento metodológico com a criação de distintas facetas e modalidades de inserção do pesquisador no ambiente investigado. As perspectivas *observação participante* e *etnográfica* até acompanham às mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas e admitem a participação observacionista de grupos ou comunidades em ambientes do ciberespaço, ao que se denomina de *netnografia* (KOZINETS, 2014), a fim de compreender fenômenos culturais e comunicacionais que ali se desenvolvem.

A pesquisa-ação também segue se aprimorando ao se desvencilhar de certos dogmas e tecer métodos para qualificar a inserção do investigador, sendo concebida e realizada junto a intervenções sociais e orientada para resolução de problemas coletivos, em que estão envolvidos pesquisadores e participantes de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1992). Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas envolvidas na situação determinada. É essa interação que estabelece a ordem de prioridades dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem apontadas na forma de ações concretas (LAZZARIN, 2017).

Como ensina Lazzarin (2017), há, durante a pesquisa-ação, um acompanhamento das decisões e das ações correspondentes, de forma a retroalimentar o processo de pesquisa. A pesquisa-ação, se aproxima em alguns pontos da pesquisa participante pois ambas estão



vinculadas a um tipo de visão emancipatória, participativa e de transformação social elaborada nas décadas de 1970 e 1980, em um contexto de oposição dos movimentos sociais à ditadura militar, e que tem como base a pedagogia de Paulo Freire.

Thiollent (2003), já esclareceu esse aspecto ao dizer: "toda pesquisa-ação é do tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado de pesquisa participante não é pesquisa-ação".

Haguette (2013), elenca as definições clássicas de pesquisa participante formuladas por Lindeman (1924), Schwartz (1955), Kluckhohn (1940) e Bruyn (1966) e observa que cada autor indica um pressuposto específico essencial à pesquisa participante. Para efeito da síntese pretendida neste texto, é tomada a liberdade de juntá-los, como forma de propiciar uma caracterização introdutória das estratégias de inserção do pesquisador no ambiente estudado. Desse modo, a investigação participante – ou participativa – implica: a) Na presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa "ver as coisas de dentro". b) No compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado, de modo consistente e sistematizado – ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar "interesses e fatos". c) Na necessidade, segundo autores como Mead e Kluckholn, de o pesquisador "assumir o papel do outro" para poder atingir "o sentido de suas ações" (HAGUETTE, 2013).

E para complementar o leque de situações de inserção de modo a contemplar a pesquisa-ação, acrescenta-se: d) Na necessidade de o pesquisador não só vivenciar o contexto e as atividades, mas possibilitar ao investigado participar da realização da pesquisa cujos resultados revertem em benefício do próprio grupo pesquisado. A pressuposição de inserção do investigador no ambiente natural de ocorrência do "fenômeno" que se pretende estudar é fundamental para compreender a pesquisa participante e pode ser tomada como a base de seus procedimentos metodológicos. No entanto, convém observar que existem diferentes modalidades de pesquisa participante, as quais serão explicitadas adiante, e que os pressupostos de inserção acima elencados não necessariamente cabem em qualquer tipo de pesquisa participativa. Os itens "a" e "b" dizem respeito diretamente a duas modalidades – observação participante e participação observante – ao mesmo tempo (PERUZZO, 2016; 2017).



2 A PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa que demanda, do participante, uma postura engajada (TRIPP, 2005). É uma estratégia, de certa forma, oposta à pesquisa tradicional, sendo esta considerada como "independente", "não-reativa" e "objetiva" (ENGEL, 2000). Assim sendo, como o próprio termo indica, a pesquisa-ação visa unir a pesquisa à ação, ou seja, à prática. Com isso, entende-se o conhecimento e a compreensão como parte da prática, sendo, então, uma forma de se empregar a pesquisa em situações em que o pesquisador também possui uma inclinação prática e deseja melhorar a compreensão de uma teoria (KOERICH *et al.*, 2009).

A literatura descreve a trajetória da pesquisa-ação desde os anos de 1940. A partir de uma visão ampla, esta pode ser situada em dois períodos significativos: o primeiro está ligado a uma corrente norte-americana, marcada pela emergência do termo cunhado por Kurt Lewis no período que antecedeu à Segunda Guerra Mundial (MIRANDA; RESENDE, 2006). Esta fase perdura até a década de 1960. O segundo momento, por sua vez, está marcado por uma corrente europeia, corrente esta que contempla o período da década de 1960 até os dias atuais (BARBIER, 2002; MORIN, 2004). As duas vertentes apresentam um panorama geral sobre esse tipo de pesquisa, concentrando-se na abordagem qualitativa empregada pelas pesquisas em ciências sociais. Os conceitos, as justificativas e explicitações metodológicas construídas por meio de vinculações teórico-metodológicos demarcavam as pesquisas realizadas até então (BARBIER, 2002; MORIN, 2004).

Surge, daí a noção de intervenção, sendo que esta pode variar de uma posição mais ligada aos estudos experimentais até os projetos de ação social, cujo intuito é a resolução dos mais diversos problemas sociais (THIOLLENT, 1984).

O exercício da pesquisa-ação implica que o pesquisador adote uma visão sistêmica aberta para registrar os fenômenos observados. Assim sendo, no ato do registro, deve combinar certos processos, como a organização, a informação, as percepções, os valores, as crenças, com as fontes das quais parte para construir o seu estudo de acordo com o rigor científico exigido (MIRANDA; RESENDE, 2006). A proximidade do pesquisador do fenômeno que está sendo investigado é um dos aspectos que distancia a pesquisa-ação daquelas mais canônicas, teóricas, apenas. Isso acontece em virtude dos próprios pressupostos que alicerçam esta ferramenta desde o momento de sua criação (ENGEL, 2000).

Diante dessa mentalidade, surgiu a necessidade de pensar o conceito de pesquisa junto à ação, ou seja, à prática, e, com isso, passou-se a refletir sobre as estratégias de resolução de



problemas sociais a partir de uma outra abordagem (FRANCO, 2005). Nesse contexto, os estudos que optam por esta abordagem de pesquisa conciliam os campos da prática, da ação social, com o teórico, epistemológico.

A que se refere quando se fala em ação? No processo de pesquisa-ação tanto a ação do pesquisador quanto a do grupo pesquisado se distinguem da ação convencional em pesquisa etnográfica e/ou observação participante nas linhas antropológicas e psicológicas. Na pesquisa-ação participativa o pesquisador participa para observar, mas além de observar atua. Não se trata de pesquisa-a-ser-seguida por ação, ou pesquisa-em-ação, mas pesquisa-como-ação (TRIPP, 2005).

A pesquisa-ação, então, permite associar, ao processo de investigação, a possibilidade de aprendizagem, visto que demanda o envolvimento criativo e consciente, tanto do pesquisador como dos demais integrantes da pesquisa (ROLIM *et al.*, 2004).

A pesquisa-ação requer a inserção do pesquisador na situação investigada para participar das atividades, segundo a realidade ali existente. É uma forma de acompanhar a dinâmica cotidiana e conviver de modo a conhecer e poder agir no seu interior. Essa interação implica em concordância previa do grupo ou comunidade. Mas, além da inserção se intervém de modo deliberado na situação investigada. A intervenção ocorre por meio da ação ao se assumir algum papel e/ou quando se coordenar as ações da pesquisa. A inserção implica numa fase de aproximação que é aconselhável ocorrer por meio de um estudo exploratório na região, grupo ou movimento social como forma de reconhecimento da situação (PERUZZO, 2016; 2017).

Assim sendo, tem-se um estudo orientado para a resolução de problemas que afetam um dado ambiente, concentrando-se, portanto, nas especificidades desse contexto, onde esses problemas se manifestam (LEWIN; LEWIN, 1970; PEREIRA, 2001). Uma outra característica desse tipo de pesquisa é a preocupação com a validade científica dos resultados obtidos junto aos colaboradores. Nesse processo, considera-se os diagnósticos, pois eles apontam a situação antes e depois do emprego de certas ações, assim como permitem o registro detalhado de todos os acontecimentos (LEWIN; LEWIN, 1970).

A pesquisa-ação então, sinaliza uma metamorfose no campo da epistemologia da ciência que transita entre práticas inovadoras de pesquisa empírica, porém distantes do empirismo, e os questionamentos epistemológicos do próprio fazer científico (PERUZZO, 2016; 2017).

Cassell e Johnson (2006) mostram que a diversidade de modalidades de Pesquisa-Ação surgidas desde os trabalhos de Kurt Lewin e dos estudos do Tavistock Institute, no pós-guerra,



até hoje não é fruto da casualidade, mas sim da diversidade de fundações epistemológicas a partir das quais partem os pesquisadores. Fundações essas que permanecem tácitas nos trabalhos e que contribuem para dificuldade de se atingir um status científico pela Pesquisa-Ação (PA). Tal diversidade de domínios de origem parece não unificar as teorias, pelo contrário: permite a apropriação pelos pesquisadores pós-modernos em diferentes –às vezes, opostas– conotações (DUARTE, 2019).

De modo geral, a Pesquisa-Ação pode ser polarizada em torno de duas visões diferentes dos pesquisadores ao seu respeito: de um lado, aqueles que enfatizam como a Pesquisa-Ação integra a teoria com a prática por meio de um sistemático inquérito científico auto reflexivo feito pelos praticantes para desenvolver a prática; e, de outro, aqueles que a consideram como um inquérito apreciativo que constrói o sucesso organizacional mais do que a solução de problemas (DUARTE, 2019).

A primeira vertente, segundo Cassell e Johnson (2006), estaria baseada na noção de verstehen (entendimento interpretativo), originária de um polo indutivo, de onde a PA seria vista como uma forma de se focar na construção de um quadro interpretativo e a partir de aí gerar teorias. Ou seja, gerar o desenvolvimento de um entendimento interpretativo das teorias em uso dos participantes, em oposição às teorias esposadas, para ajudar a reduzir rotinas defensivas e contribuir para o aprendizado e reconfiguração decision making. Já os pesquisadores da segunda vertente baseariam seu entendimento (sobre ciência e, por extensão, Pesquisa Ação) na noção de erklaren (explicação causal), associada às premissas do pensamento dedutivo; e que veria como pivô da Pesquisa Ação a análise causal dedutiva: ou seja, nesta segunda interpretação, a lógica de Pesquisa Ação seria dada pelo processo de: identificação de problemas, construção de hipóteses, diagnosis, planejamento, intervenção e avaliação de resultados a fim de aprender e planejar intervenções subsequentes (DUARTE, 2019).

Porém, a suposta concentração da PA nesse ciclo interativo de caráter pragmático tem sido um dos principais elementos de crítica e, ao mesmo tempo, de disputa entre pesquisadores de diferentes tradições filosóficas. Enquanto alguns defendem o caráter pragmático como uma forma de se associar teoria e prática, levando o conhecimento científico para a resolução de problemas da vida real em conjunto, por meio do diálogo e da aquisição de consciência crítica, com os atores afetados pelos problemas; outros estudiosos criticam essa postura por acharem que ela nada mais é do que uma forma de produzir e potencializar o controle social e mudanças desejadas pela cúpula, agindo de duas formas: pela nova forma de ação legitimada pelos



membros externos (que detém um conhecimento específico e superior ao dos atores internos) e por contar com a participação do grupo, e usar o espaço organizacional para facilitar e nutrir as mudanças desejadas (CASSELL; JOHNSON, 2006).

Em um trabalho seminal dedicado especificamente à questão da epistemologia da Pesquisa Ação, Oquist (1978) aborda cinco tradições de pesquisa diferentes –empirismo, positivismo lógico, estruturalismo, pragmatismo e materialismo dialético– para realizar uma análise comparativa acerca dos pressupostos epistemológicos de cada uma dessas tradições, cotejando-as com as características da Pesquisa Ação, identificando quais seriam as tradições, de fato, fornecem bases possíveis para a sustentação da Pesquisa Ação.

O que se propõe aqui é uma discussão das categorias propostas por Oquist (1978) à luz do realismo crítico, complementando então o quadro originalmente proposto por aquele autor. Para tanto, serão exploradas a seguir algumas características chave do realismo crítico, de forma a embasar, uma leitura realista crítica da Pesquisa Ação (DUARTE, 2019).

Em geral, o realismo crítico trabalha com duas teses centrais: a reivindicação da ontologia e sua irredutibilidade à epistemologia; e a estratificação desta ontologia, a partir de mecanismos generativos ativos, dos eventos observáveis e dos fatos observáveis, que podem se manifestar ou não (VANDENBERGHE, 2007).

A ontologia refere-se ao domínio da realidade propriamente dita, na acepção de realidade ou do objeto em si, sendo este possuidor de propriedades e características intrínsecas que orientariam o processo de investigação, delineando até que ponto e de que maneira ele poderia ser feito. O Realismo Crítico (RC) adota como posição a ontologia realista, em que a realidade é vista como algo ou entidade que existe 'lá fora', isto é, de modo exterior e independente do ser humano ou do conhecimento que ele possa ter ou vir a ter da realidade (DUARTE, 2019).

Um segundo elemento central dentro do RC é a dimensão transitiva do conhecimento – ou epistemológica– que ao invés de orientar o processo de descoberta científica, passa a ser orientada pela dimensão intransitiva ou ontológica (DUARTE, 2019). Jessop (2005) coloca que o conhecimento -domínio transitivo – é feito através de um processo contínuo de confrontação entre hipóteses teóricas reprodutivas sobre os objetos intransitivos e demonstrações evidentes (ou evidenciáveis), geradas através da investigação transitiva. Estas demonstrações são mediadas pelo resultado da investigação científica e nunca refletem diretamente o domínio real ou o fenômeno atual (domínio efetivo).



Portanto, apenas uma perspectiva realista e, em particular, meta paradigmática (como o realismo crítico), é capaz de sustentar um relato adequado da ciência. Nenhuma das abordagens pós-modernas pode fazê-lo –nem a integração ao paradigma positivista nem a sua substituição por outro–, pois, de um lado, elas não são capazes de sustentar (e dar conta) qualquer concepção realista da realidade, ou seja, qualquer manifestação extra discursiva (e, portanto, não humana) (VANDENBERGHE, 2013) não tem lugar se não for mediada pelos seres humanos e reduzida à ordem social (CASTAÑON, 2005). Por outro, como são ontologicamente mudas (REED, 2005), essas abordagens são empíricas, pragmáticas e, mesmo, politicamente descomprometidas (VANDENBERGHE, 2013) com qualquer mudança ou intervenção na realidade, já que, em sua visão relativista, qualquer julgamento valorativo, moral ou ético, ao final, seria tão bom ou válido quanto qualquer outro (BHASKAR, 2008).

Todavia, por estar presa aos cânones do modelo humeniano e positivista de relações causais para a produção e validação do conhecimento científico, a Pesquisa Ação não consegue assumir uma autonomia crítica e legítima por se valer das mesmas formas, elementos e justificativas para a produção de conhecimento e sua intervenção. Então, uma alternativa seria buscar fundamentação em outras bases epistemológicas, que rompam com aquele modelo e sua forma de produção de conhecimento, para que ela possa florescer e, justificada e legitimamente, se afirmar.

Brandão (2008, p. 225), fala da "possibilidade de transformação de uma *prática científica*, que durante tanto tempo ocultou o seu ser *política*, em uma prática que justamente por afirmar-se política na origem e no destino, reclama ser *científica*". No caso da pesquisa-ação, se ela se situar nas linhas progressistas, ele (BRANDÃO, 2008, p. 12), evidencia essa tomada de posição: "é necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir".

Para concluir, a pesquisa-ação se insere num nível de complexidade elevado enquanto processo de investigação destinado a geração de conhecimento científico. Situa-se no universo de abordagem de terceira ordem, segundo Cáceres (1998a; 1998b), que não é superficial, não é fenomenológico. Está voltada a identificar a relação entre as estruturas, os elementos e as caraterísticas que lhes dão forma e movimento (GONZÁLEZ, 2015). Exige um nível de compreensão profundo para dar conta da complexidade que configura o social em sua totalidade.



3 A PESQUISA PARTICIPANTE

A pesquisa participante e a investigação-ação também contribuem para a mudança da relação sujeito-objeto para sujeito-sujeito, o que não implica a aceitação da interferência deliberada do subjetivismo e de conceitos pré-concebidos. Ou seja, se reconhecem os atores investigados como sujeitos (coletivos ou individuais) e a potencialidade de construção de conhecimento científico na relação com os mesmos na condição de participantes ativos, como co protagonistas - e não meros informantes ou colaboradores – na elaboração de planos, interpretações e no empoderamento dos resultados (PERUZZO, 2016; 2017).

A pesquisa participante é um tipo de investigação controversa: prestigiada por uns e vista com desdém por outros. Ambas as posições se relacionam a própria visão que se tem sobre o papel da pesquisa e do que se considera como sendo conhecimento científico. Por outro lado, como há uma diversidade de linhas e de práticas metodológicas participativas de investigação é comum ocorrer imprecisões conceituais no tratamento do tema, inclusive no uso dos termos pesquisa participante, observação participante e pesquisa-ação, entre outros (PERUZZO, 2016; 2017).

A pesquisa participante e, especialmente, a pesquisa-ação, em algumas de suas vertentes teórico-metodológicas, se inserem no debate e nas propostas de descolonização da ciência, da emergência de uma epistemologia do sul (SANTOS, 2007; SANTOS, 2010). Para Santos (2007, p. 20), “não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos alternativas, necessitamos é um pensamento alternativo às alternativas”. Contudo, apesar de a expressão “epistemologia do sul” ser recente, não se trata de uma visão recém surgida. Um novo modo de ver e de conceber a ciência, e de gerar conhecimento científico estão em construção na América Latina – e não só nela - desde pelo menos as últimas quatro décadas do século passado, como indicam algumas passagens desde texto (PERUZZO, 2016; 2017).

As metodologias participativas estão nesse patamar e ganharam grande repercussão nesse tempo e continuam a se apresentar como producentes e necessárias para se compreender as realidades, reconhecer as resistências e as alternativas em curso no caminho da transformação social6 constituídas, principalmente, por segmentos populacionais empobrecidos e diante de situações reais de violação dos direitos humanos e de cidadania (PERUZZO, 2016; 2017).

A tendência predominante, na produção teórica brasileira da década de 1980 sobre o assunto é denominar de *pesquisa participante* aquela investigação baseada na interação ativa



entre pesquisador e situação pesquisada e na facilitação da participação do grupo pesquisado, como um dos protagonistas, na realização da pesquisa (PERUZZO, 2016; 2017).

Atribui-se a Paulo Freire a criação do estilo participativo de pesquisa enquanto ação educativa (GAJARDO, 1999), uma vez relacionada às suas propostas pedagógicas e no envolvimento direto dos sujeitos na prática de pesquisa. Tal atribuição tem como justificativa um "conjunto de experiências que, sustentadas pela concepção conscientizadora de educação, desenvolveram-se em fins da década de sessenta, no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países da região" (GAJARDO, 1999). Acrescenta-se no Brasil (com Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, João Bosco Pinto etc.) onde a expressão *pesquisa participante* predomina (PERUZZO, 2016; 2017).

Assim, a questão do conhecimento se constitui em um dos pontos centrais dos movimentos que promovem a Educação Popular como um projeto de emancipação dos oprimidos (FLEURI, 2002). Construída a partir dos saberes mobilizados na luta por reconhecimento e por dignidade, a Educação Popular assume diretrizes políticas de diversas orientações (socialistas, libertárias etc) que convergem para o enfrentamento das situações desumanizadoras que a exploração fomenta no cenário capitalista (PEREIRA, 2014).

Um dos principais desdobramentos em termos metodológicos deste paradigma é a pesquisa participativa. Ao problematizar a lógica tradicional de pesquisa de cunho positivista, na qual a cisão entre sujeito e objeto está posta em uma realidade dada, essa modalidade de produção do conhecimento se assenta na valorização dos diversos saberes provenientes da *leitura de mundo* dos sujeitos sociais, promovendo a equidade epistêmica (PEREIRA, 2014).

Paulo Freire inaugura uma nova concepção epistemológica caracterizada por ser *dialógica, intersubjetiva e dialética*, abarcando a totalidade da experiência humana e "profundamente articulada com sua concepção antropológica, política e ética" (ZITKOSKI, 2017).

Essa concepção assenta-se sobre o processo de ação e reflexão sobre o mundo, sobre a práxis humana. Isso acaba tensionando a posição original da própria consciência, que é tributária de vivências imediatas (experiências), tendo um caráter espontâneo. Este é o primeiro momento da tomada da consciência e precede a chegada da esfera crítica, onde a realidade transforma-se em objeto cognoscível. A conscientização é entendida, assim, como a assunção de uma posição epistemológica (PEREIRA, 2014).



Assim, a conscientização não é um processo evolucionista direto e não é algo espontâneo que acontece nas pessoas. Está diretamente relacionada com o contexto social, sendo, por isso, que o trabalho de conscientização das classes populares é um grande desafio, visto que esse segmento sofre com a insuficiência de recursos para sanar adequadamente suas demandas materiais concretas (alimentação, saúde, emprego, educação, acesso à tecnologia, lazer, etc.) (PEREIRA, 2014).

Por isso, a epistemologia freireana fornece subsídios para a construção de práticas de produção do conhecimento que problematizem as noções tradicionais de pesquisa. Por isso, o dualismo entre sujeito-objeto, que imperou ao longo da tradição filosófica, é superado pela dialética freireana em sua exigência radical da vivência dialógica no processo de construção do conhecimento (ZITKOSKI, 2007).

De qualquer forma, ao adotar o referencial da pesquisa participante, estabeleço que "[...] pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que em situações e tarefas diferentes" (BRANDÃO, 2006, p. 11). A abordagem participativa indica o rompimento definitivo com a pretensa *neutralidade* da pesquisa acadêmica tradicional de recorte positivista, pois, ao produzir conhecimento, surgem questionamentos sobre sua pertinência social (para quem?), sendo o próprio pesquisador um sujeito implicado com o que conhece (PEREIRA, 2014).

Segundo Carlos Rodrigues Brandão, a pesquisa participante avança em relação ao debate sobre *ciência pura* e *ciência aplicada*, se inserindo numa estratégia que se fundamenta no *outro*. Se na pesquisa quantitativa são criados instrumentos e na perspectiva qualitativa há uma autoconfiança como sujeitos da pesquisa, na pesquisa participante, eu, como pesquisador, confio no outro, no sujeito que interfere, se emociona, reage e constitui a situação em pesquisa. A pesquisa realizada no âmbito da universidade deve levar conhecimento (que foi construído coletivamente) para a ação dos grupos populares, rompendo com uma constatação de Gramsci: "*eles sentem, mas não compreendem; nós compreendemos, mas não sentimos"* (PEREIRA, 2014, p. 14).

Por isso, a pesquisa participante deve ser compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência das ações que aspiram gerar transformações a partir também desses conhecimentos (BRANDÃO; STRECK, 2006b; 2006a).



Para Gabarrón e Landa (2006), a identidade epistêmica da pesquisa participante se dá em três dimensões: 1) ação transformadora, 2) produção de conhecimentos e 3) participação. A dimensão participativa das classes populares no processo de pesquisa articula a produção de conhecimento com a transformação social, pois elas, por sua condição, são interessadas na mudança (BRANDÃO, 2006; SILVA, 2006).

Em se tratando de uma pesquisa de natureza qualitativa na área das ciências humanas e sociais, entendo que "a pesquisa social frequentemente acontece junto com seu público, sem laboratórios, uniformes e rituais que criem distâncias artificiais" (SOBOTTKA, 2005). Essa é uma potencialidade das práticas participativas de pesquisa no debate sobre a descolonialidade: partir dos saberes populares, valorizá-los, dotá-los de validade epistêmica, pois a leitura de mundo precede a leitura da palavra (PEREIRA, 2014).

Neste contexto, a universidade repensa o seu papel na sociedade e a discussão sobre a epistemologia da ciência e o interesse em vincular a pesquisa às práticas transformadoras encontram um campo fértil. Chega-se a admitir:

> [...] a potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito do estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos (BORDA, 1981, p. 60).

Como se pode observar, o contexto em que a pesquisa participante ganha expressividade no País é de efervescência crítica na sociedade e na academia, em que alguns dos pressupostos teórico-metodológicos são postos sob suspensão, e ao mesmo tempo buscam-se novos paradigmas. Os pesquisadores se interessam em fazer algo diferente, em realizar pesquisas que possam contribuir com a sociedade, especialmente para solucionar graves problemas provenientes das contradições de classe e para promover a mudança social. Uma luz brota das possibilidades explicitadas pela pesquisa qualitativa, que, entre suas metodologias, oferece a pesquisa participante. Estas metodologias encontram respaldo no método dialético (ou do materialismo histórico dialético), que possibilita a captação da realidade estudada em todas as suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade que a constitui até as múltiplas determinações (PERUZZO, 2016; 2017).

Uma pesquisa ancorada no materialismo histórico dialético possui mais possibilidades de apanhar o fenômeno em sua complexidade, profundidade e dinamicidade, ou seja, em sua totalidade que atenta às origens, suas múltiplas partes constitutivas, em seus significados e nas



transformações sofridas continuamente. Em outras palavras, procura captar o "movimento" e nele compreender a essência e todas as dimensões do fenômeno. Em última instância, procura-se dizer que há mais coisas a compreender e não apenas aquilo que pode ser verificado estatisticamente. Porém, esse tipo de postura epistêmica não nega a validade dos dados quantitativos; pelo contrário, os considera importante para demonstrar determinadas dimensões e proporções que é não impossível conhecer de outro modo (PERUZZO, 2016; 2017).

Estabelecidos esses pontos em relação à pesquisa participante como modalidade de pesquisa, é possível compreender que a articulação entre as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica no trabalho de pesquisa social (BAQUERO, 2009) aponta para a complexidade que envolve a reconstrução da realidade (FERNANDES, 1997) pelo pesquisador das ciências sociais.

Discutir os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa é apontar para o âmbito da epistemologia da ciência, quer dizer, para o estudo crítico de princípios, hipóteses e métodos implicados nos resultados do conhecimento científico. Nessa perspectiva, para a compreensão da pesquisa participante em suas diferentes modalidades, há que se reconhecer que os seus pressupostos metodológicos põem em xeque noções empiristas e apriorísticas (o sujeito se sobrepõe ao objeto), que indubitavelmente questionam as visões tradicionais da relação sujeito objeto. Na pesquisa participante – nas vertentes engajadas – essa relação é modificada, já que potencializa a transformação do objeto em sujeito (PERUZZO, 2016; 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante são duas abordagens de pesquisa social que compartilham uma orientação ontológica e epistemológica similar. Ambas enfatizam uma visão de mundo construtivista e dialética, que considera a realidade como uma construção social e histórica, e a transformação social como uma possibilidade concreta, além de valorizar a participação ativa dos sujeitos envolvidos na pesquisa e enfatiza a transformação social como objetivo principal.

Em termos ontológicos, tanto a Pesquisa-Ação quanto a Pesquisa Participante partem da premissa de que a realidade é construída socialmente, e que a ação humana é fundamental para a transformação dessa realidade. Ou seja, a realidade é vista como um processo dinâmico e em constante mudança, que é moldado pelas ações dos sujeitos sociais que a constroem.

Ainda, a Pesquisa-Ação enfatiza a importância da ação e da mudança social como elementos centrais na construção da realidade. A partir dessa perspectiva, a realidade é vista



como uma construção social dinâmica e em constante mudança, que pode ser transformada a partir da ação consciente dos sujeitos envolvidos. Por outro lado, a Pesquisa Participante enfatiza a importância da participação e da construção coletiva do conhecimento como elementos fundamentais para a transformação social. Nessa abordagem, a realidade é vista como uma construção social que emerge das interações entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Em termos epistemológicos, ambas as abordagens valorizam a participação ativa dos sujeitos envolvidos na pesquisa, considerando-os como coautores do conhecimento produzido. Dessa forma, a pesquisa é vista como um processo de construção coletiva do conhecimento, em que os sujeitos envolvidos contribuem ativamente para a produção de novos saberes. Ademais, a Pesquisa-Ação valoriza a experiência prática dos sujeitos envolvidos na pesquisa, considerando-a uma fonte legítima de conhecimento. Essa abordagem enfatiza a importância da reflexão crítica sobre a prática como forma de gerar novos saberes e promover a transformação social. Por outro lado, a Pesquisa Participante enfatiza a importância da construção coletiva do conhecimento, valorizando a participação ativa dos sujeitos envolvidos na pesquisa como coautores do conhecimento produzido.

Por fim, a Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante compartilham a ideia de que a pesquisa deve estar orientada para a transformação social, e não apenas para a produção de conhecimento acadêmico. Ou seja, o objetivo principal dessas abordagens é gerar mudanças concretas na realidade social, a partir das reflexões geradas a partir dos dados coletados na pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução Lucie Didio. Brasilia: Editora Plano, 2002.

BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D. K.; MEAD, M. The Case Research Strategy in Studies of Information Systems. **MIS Quarterly**, [*s. l.*], v. 11, n. 3, p. 369–386, 1987. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/248684. Acessado em: Jan. 2024.

BHASKAR, R. R. **A Realist Theory of Science**. New York: Routledge/Taylor e Francis e-Library, 2008. Disponível em: https://uberty.org/wp-content/uploads/2015/09/Roy_Bhaskar_A_Realist_Theory_of_Science.pdf. Acessado em: Jan. 2024.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: **PESQUISA PARTICIPANTE**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. v. 7, p. 42–62.



BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. *In*: **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 223–252. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1812. Acessado em: Jan. 2024.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **A pesquisa participante e a partilha do saber**: uma introdução. Aparecida-SP: Editora Ideiais e Letras, 2006a.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. São Paulo: Editora Ideiais e Letras, 2006b.

BRUYN, S. T. H. **The human perspective in sociology**: the methodology of participant observation. 3. ed. [*S. l.*]: Prentice-Hall, 1966.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Editora Heinemen, 1979.

CÁCERES, L. J. G. Introdução. La lucha de la luz y la sombra. *In*: **Técnicas de Investigación en sociedad, cultura y comunicación**. México: Pearson Educación, 1998a. p. 9–31. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=5a0Jdv7Ip9oC&oi=fnd&pg=PA9&dq=GALINDO+C%C3%81CERES,+J.+Introdu%C3%A7%C3%A3o.+La+lucha+de+la+luz+y+la+sombra.+In.+_____(Coord.)+T%C3%A9cnicas+de+investigaci%C3%B3n+en+sociedad,+cultura+y+comunicaci%C3%B3n.+M%C3%A9xico:+Peasrson+/+Addison+Wesley+Longman,+1998.p.+9-31.&ots=v2pp8D0R8L&sig=ZrTDWcCLj_f41Hir0G392iYpnlo. Acessado em: Jan. 2024.

CÁCERES, L. J. G. **Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación**. [*S. l.*]: Pearson Educación, 1998b.

CASSELL, C.; JOHNSON, P. Action research: Explaining the diversity. **Human Relations**, [*s. l.*], v. 59, n. 6, p. 783–814, 2006. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726706067080. Acessado em: Jan. 2024.

CASTAÑON, G. A. Construtivismo e ciências humanas. **Ciências e Cognição**, [*s. l.*], v. 5, n. 1, p. 36–49, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S180658212005000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em: Jan. 2024.

CROTTY, M. J. **The foundations of social research**: Meaning and perspective in the research process. London: Sage, 1998.

DREYFUS, H. L. **Being-in-the-world**: a commentary on Heidegger's being and time, division I. 5. ed. Boston: MIT, 1994.

DUARTE, T. O Estatuto Epistemológico da Pesquisa-Ação: uma Releitura Realista Crítica. **Revista Espiga**, [*s. l.*], v. 18, n. 37, p. 66–98, 2019. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7498162. Acessado em: Jan. 2024.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. **Educar em Revista**, [*s. l.*], p. 181–191, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/dDzfLYyDpPZ3kM9xNSqG3cw/?lang=pt. Acessado em: Jan. 2024.



FERNANDES, F. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 47–56, 1997. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9372. Acessado em: Jan. 2024.

FLEURI, R. M. **A questão do conhecimento na educação popular**: uma avaliação do Seminário Permanente de Educação Popular e de suas implicações epistemológicas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2002.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, [*s. l.*], v. 31, p. 483–502, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/DRq7QzKG6Mth8hrFjRm43vF/-?lang=pt&format=html. Acessado em: Jan. 2024.

GABARRÓN, L. R.; LANDA, L. H. O que é a pesquisa participante. *In*: **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida-SP: Editora Ideiais e Letras, 2006. p. 93–121.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. *In*: **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. v. 3.

GONZÁLEZ, J. A. Por una cultura del conocimiento. *In*: **Cibercultur@ e iniciación en la investigación interdisciplinaria**. Ciudad de México: Editora CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2015. p. 303–380.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047763. Acessado em: Jan. 2024.

JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. **New Formations: A journal of culture, theory and politics**, [*s. l.*], n. 56, p. 40–53, 2005. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/71861.pdf. Acessado em: Jan. 2024.

KALLINIKOS, J. **Research in information systems**. Londres: The London School of Economics and Political Science. [*S. l.: s. n.*], 2004.

KLUCKHOHN, F. R. The Participant-Observer Technique in Small Communities. **American Journal of Sociology**, [*s. l.*], v. 46, n. 3, p. 331–343, 1940. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/218650. Acessado em: Jan. 2024.

KOERICH, M. S. *et al.* Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [*s. l.*], v. 11, n. 3, 2009. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=15181944&AN=44640049&h=2%2F5Q4u%2FZcliTOQMm7vdv1vg5Umbeh4y5yR49RY2HGoTRFQkcndlJBjoA9dM0k%2FCYtpZx6fb6JvpIcgiizsruWg%3D%3D&crl=c&casa_token=iYk46878APkAAAAA:pUgN2z6nJ8wKSgbM9xQjBqS_Ql06X9SJ61DXTVTF04jurjNtnzNxs_QTxEEGw3qfuWoNHL8jdwRTcg. Acessado em: Jan. 2024.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso Editora, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=-edi_AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=KOZINETS,+R.V.+Netnografia.+Realizando+pesquisa+etnogr%C3%A1fica+online.+Porto+Alegre:+Penso,+2014.+&ots=2ICB_hmmSj&sig=fY6YfeTG0p08AB0uXwyhV2wm1hA. Acessado em: Jan. 2024.



LAZZARIN, L. F. **Bases epistemológicas da pesquisa em educação**. 1. ed. Santa Maria: Editora UAB/NTE/UFSM, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15808. Acessado em: Jan. 2024.

LEWIN, K.; LEWIN, G. W. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

LINDEMAN, E. C. **Social Discovery**: an Approach to the Study of Functional Groups. New York: Republic Publishing Co., 1924.

MIRANDA, M. G. de; RESENDE, A. C. A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, [*s. l.*], v. 11, p. 511–518, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GzC3q5fmQw95SSRYdjTnfhh/?lang=pt. Acessado em: Jan. 2024.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropopedagogia renovada. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: Editora DPeA, 2004.

OQUIST, P. The Epistemology of Action Research. **Acta Sociologica**, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 143–163, 1978. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000169937802100204. Acessado em: Jan. 2024.

ORLIKOWSKI, W. J.; BAROUDI, J. J. Studying Information Technology in Organizations: Research Approaches and Assumptions. **Information Systems Research**, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 1–28, 1991. Disponível em: https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/isre.2.1.1. Acessado em: Jan. 2024.

PEREIRA, T. I. Epistemologia Freireana e Pós-colonialidade. **Realis, Recife/PE**, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 33–48, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/viewFile/8818/8793. Acessado em: Jan. 2024.

PEREIRA, E. M. de A. Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. *In*: **Cartografias do trabalho docente**: professor (a) - pesquisador (a). Campinas: Editora Mercado das Letras, 2001. p. 153–81.

PERUZZO, C. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. *In*: **Anais XXV Encontro Anual da Compós**. [*S. l.: s. n.*], 2016. p. 1–22. Disponível em: https://www.academia.edu/download/55834793/epistemologiaemetododapesquisaacao...ciciliaperuzzo.modelocompos2016._3270.pdf. Acessado em: Jan. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, [*s. l.*], v. 23, n. 3, p. 161–190, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/31652406009.pdf. Acessado em: Jan. 2024.

REED, M. Reflections on the 'Realist Turn' in Organization and Management Studies. **Journal of Management Studies**, [*s. l.*], v. 42, n. 8, p. 1621–1644, 2005. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6486.2005.00559.x. Acessado em: Jan. 2024.

ROLIM, K. M. C. *et al.* Mulheres em uma aula de hidroginástica: experenciando o interrelacionamento grupal. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p.



8–13, 2004. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/339. Acessado em: Jan. 2024.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, [*s. l.*], v. 2, n. 2, p. 250–269, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/1555. Acessado em: Jan. 2024.

SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, B. S. **Refundación del Estado en América Latina**: perspectivas desde una epistemología del Sur. Bogotá: Universidad de los Andes/Siglo Veinteuno Editores, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=ZONZEAAAQBAJ-&oi=fnd&pg=PA5&dq=SANTOS,+Boaventura+de+Sousa.+Refundaci%C3%B3n+del+Estado+en+Am%C3%A9rica+Latina.+Perspectivas+desde+uma+epistemologia+del+sur.+Bogot%C3%A1:+Universidad+de+los+Andes/Siglo+Veinteuno+Editores,+2010.&ots=lgwaozYUF7&sig=HXSuSIn7YrHh_XOEeBna75TO05k. Acessado em: Jan. 2024.

SCHWARTZ, M. S.; SCHWARTZ, C. G. Problems in Participant Observation. **American Journal of Sociology**, [*s. l.*], v. 60, n. 4, p. 343–353, 1955. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/221566. Acessado em: Jan. 2024.

SEARLE, J. **The construction of social reality**. London: Penguin, 1995.

SILVA, M. O. da. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. *In*: **A pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida-SP: Editora Ideiais e Letras, 2006. p. 123–149.

SOBOTTKA, E. A. Pesquisa, paixão e engajamento. *In*: **Dizer a sua palavra**. Pelotas: Oikos Editora, 2005. p. 41–51. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/files/Dizer%20a%-20sua%20palavra%20-%20E-book.pdf#page=58. Acessado em: Jan. 2024.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em revista**, [*s. l.*], n. 10, p. 91–98, 1994. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n10/n10a12.pdf. Acessado em: Jan. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez editora, 1992.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez editora, 2003.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In*: **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, [*s. l.*], v. 31, p. 443–466, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4-TCL9NSH/?format=html. Acessado em: Jan. 2024.

VANDENBERGHE, F. Une ontologie réaliste pour la sociologie: système, morphogenèse et collectifs. **Social Science Information**, [*s. l.*], v. 46, n. 3, p. 487–542, 2007. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0539018407079728. Acessado em: Jan. 2024.



VANDENBERGHE, F. **What's Critical About Critical Realism?**: Essays in Reconstructive Social Theory. [*S. l.*]: Routledge, 2013.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

ZITKOSKI, J. A pedagogia freireana e suas bases filosóficas. *In*: MINASI, L. F. **Leituras de Paulo Freire**. Pelotas: Editora Seiva, 2007. p. 229–248.

ZITKOSKI, J. J. Educação popular e movimentos sociais na América Latina: o desafio da participação cidadã. **Educação UFSM**, [*s. l.*], v. 42, n. 1, p. 73–84, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S198464442017000100073&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em: Jan. 2024.